


TIMOR LESTE, AS "VÍTIMAS QUE NÃO VALEM A PENA"

Noam Chomsky

Timor Today/Internet



O lingüista norte-americano escreveu esse artigo (divulgado por Rebelión, com tradução de Jesús Gómez e Natalia Cervera) bem antes da intervenção das forças de paz da ONU no Timor Leste, que só ocorreu no final de setembro. No entanto, para quem observava, ainda em outubro, o reduzido efetivo das forças de paz, a minguada ajuda internacional (inclusive a brasileira) e a desenvoltura das milícias ligadas à Indonésia, o texto de Chomsky permanecia forte e atual.



á três boas razões para que os norte-americanos preocupem-se por Timor Leste.

Em primeiro lugar, desde a invasão indonésia de dezembro de 1975, o Timor Leste sofreu algumas das piores atrocidades da era moderna. Em segundo lugar, o governo dos EUA desempenhou um papel decisivo no aumento de tantas atrocidades e pode atuar para mitigá-las ou eliminá-las com facilidade. Não é necessário bombardear Jacarta, nem impor sanções econômicas. Haveria bastado, em qualquer momento, que Washington retirasse seu apoio ao governo da Indonésia e informasse a seu cliente que o jogo havia terminado. Isto continua sendo válido, quando a situação se aproxima de um ponto crucial: a terceira razão.

O presidente Clinton não necessita que o instruem acerca de como proceder. Em maio de 1998, Madeleine Albright, secretária de Estado, pediu ao presidente Suharto que se demitisse e permitisse uma “transição democrática”. Poucas horas mais tarde, Suharto transferiu o poder a seu vice-presidente escolhido a dedo. Ainda que não tenha sido uma simples relação de causa e efeito, os acontecimentos ilustram as relações que prevalecem. Deter a tortura no Timor Leste não haveria sido mais difícil do que acabar com o ditador da Indonésia em maio de 1998.

Pouco antes, a administração de Clinton apoiava Suharto e o definia como “o homem adequado para

Clinton apoiava Suharto, seguindo precedente de 1965, quando o general tomou o poder e o Exército massacrou o Partido Comunista (PKI) e cometeu um dos piores assassinatos em massa do século XX

nós”, seguindo o precedente estabelecido em 1965, quando o general tomou o poder e dirigiu os massacres perpetrados pelo Exército, que acabaram com o único partido político com grande implantação no país (o PKI, um partido comunista que gozava do apoio popular) e devastaram sua base social em “um dos piores assassinatos em massa do século XX”. Segundo um informe da CIA, os massacres foram comparáveis aos realizados por Hitler, Stálin e Mao. Centenas de milhares de pessoas foram assassinadas; quase todas, camponeses sem terras.

Tal êxito foi recebido com absoluta euforia no Ocidente. O “espantoso genocídio” converteu-se em “um raio de luz na Ásia”, segundo dois comentários, paradigmáticos da reação geral dos meios de comunicação ocidentais, publicados no *New York Times*. As grandes empresas correram para o que muitos chamavam o “paraíso para os investidores” de Suharto, apenas limitado pela voracidade da família do ditador. Durante mais de 20 anos, Su-

harto foi aclamado pelos meios de comunicação como um “moderado” de “bom coração”, ainda que tivesse um recorde de assassinatos, terror e corrupção com poucos competidores na história posterior à Segunda Guerra Mundial.

Suharto gozou do apoio do Ocidente até que cometeu seus primeiros erros: perder o controle e duvidar sobre a hora de aplicar as duras prescrições do Fundo Monetário Internacional (FMI). Só então chegou o pedido de Washington de “uma transição democrática”, que não incluía a possibilidade de que o povo do Timor Leste desfrutasse do direito à autodeterminação, respaldado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e pelo Tribunal Internacional.

Em 1975, Suharto invadiu o Timor Leste, país que estava sendo governado por seu próprio povo depois do colapso do império português. EUA e Austrália sabiam que ocorreria a invasão e a autorizaram. O embaixador australiano Richard Woolcott recomendava, em papéis que mais tarde vazaram na imprensa, a via “pragmática” do “realismo de Kissinger”, porque fazer um bom acordo sobre as reservas de petróleo do Timor seria mais fácil com a Indonésia do que com um Timor Leste independente. Naquela época, 90% das armas do exército indonésio procediam dos EUA, porém seu uso estava restrito, pelos termos do acordo, à “defesa”. Seguindo a doutrina do “realismo de Kissinger”, Washington aumentou o fluxo de armamentos enquanto declarava uma suspensão da entrega de armamentos,

simultaneamente, e a opinião pública permaneceu na ignorância.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas ordenou à Indonésia que se retirasse do Timor Leste, porém sem resultado. Daniel Patrick Moynihan, embaixador dos EUA nas Nações Unidas naquela época, explicou o fracasso da resolução da ONU em suas memórias. O embaixador vangloriou-se de haver conseguido que a ONU fosse “profundamente ineficaz quanto às medidas que precisaria tomar”, porque “os EUA desejavam que as coisas ocorressem como ocorreram”, e “trabalharam para conseguir isso”. Quanto a como “se desenvolveram os acontecimentos”, Moynihan comenta que, em poucos meses, haviam assassinado 60 000 cidadãos do Timor Leste, “quase a proporção de vítimas sofridas pela União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial”.

O massacre continuou e alcançou seu ponto mais alto em 1978, com a ajuda de novas armas entregues pela administração de Carter. As mortes foram calculadas em 200 000, o pior massacre de população civil desde o Holocausto. Em 1978, França, Grã Bretanha e outros países uniram-se aos EUA, dispostos a arrancar o que pudessem do massacre. O protesto no Ocidente foi minúsculo, e apenas informou-se sobre o que vinha acontecendo. A cobertura jornalística por parte dos meios de comunicação dos EUA, que havia sido intensa no contexto da preocupação com a derrocada do império português, diminuiu até praticamente inexistir em 1978.

Após a invasão do Timor Leste, em 1975, o Conselho de Segurança da ONU ordenou à Indonésia que se retirasse, em vão. O embaixador dos EUA vangloriou-se de haver levado a ONU ao fracasso

Em 1989, a Austrália firmou um tratado com a Indonésia para explorar o petróleo da “província indonésia de Timor Oriental”, uma região que segundo alguns intelectuais realistas não é economicamente viável, e que portanto não pode aceder ao direito à autodeterminação. O acordo de Timor Leste passou a vigorar imediatamente depois que o Exército assassinara vários milhares mais de cidadãos timorenses, na comemoração, em um cemitério, de um assassinato cometido pouco antes pelo Exército. As empresas petrolíferas ocidentais uniram-se ao espólio, sem suscitar comentários.

Depois de 25 anos terríveis, por fim deram-se passos que poderiam acabar com o horror. A Indonésia permitiu a realização de um *referendum* em agosto de 1999, para que os cidadãos de Timor escolhessem entre a autonomia, dentro da Indonésia, e a independência. Era claro que, sendo o voto minimamente livre, venceriam as forças independentistas. O exército de ocupação indonésio (EOI) atuou com rapidez

para impedi-lo. O método foi simples: organizaram forças paramilitares para aterrorizar a população enquanto o EOI adotava uma atitude de “negativa verossímil”, que rapidamente fracassou ante a presença de observadores estrangeiros, os quais puderam comprovar de primeira mão que o EOI armava e protegia os assassinos. Segundo informações dignas de crédito, as milícias encontram-se sob a direção da Kopassus, as temidas forças especiais da Indonésia, modeladas à imagem e semelhança dos boinas verdes dos EUA, e “lendárias por sua crueldade”, como observa Benedict Anderson, importante intelectual da Indonésia.

Anderson acrescenta que, no Timor Leste, “a Kopassus converteu-se em pioneiro e exemplo de todo tipo de atrocidades”, entre as quais violações sistemáticas, torturas, execuções e organização de bandos de delinquentes. No mesmo sentido, David Jenkins, veterano correspondente australiano na Ásia, comenta que estas “forças especiais de choque receberam treinamento regular com forças norte-americanas e australianas até que seu comportamento converteu-se em mal-estar para seus amigos estrangeiros”.

O Congresso dos EUA proibiu o treinamento de assassinos e torturadores no IMET (Programa de Treinamento e Formação Militar Internacional), porém a administração de Clinton encontrou formas de burlar a legislação, e embora tenha irritado o Congresso nada mais aconteceu. As proibições parlamentares podem ser mais eficazes agora, mas, sem o tipo de investigação

que raramente leva-se a cabo com relação às atrocidades apoiadas pelos EUA, não há razões para confiar nessas proibições.

A conclusão de Jenkins, no sentido de que a Kopassus segue “tão ativa como sempre no Timor Leste”, foi comprovada por observadores próximos. “Muitos desses membros do exército assistiram a cursos do IMET nos EUA, agora suspensos”, escreveu ele. Suas táticas recordam o Programa Phoenix dos EUA, aplicado no sul do Vietnã, e com o qual foram assassinados dezenas de milhares de camponeses e muitos dos líderes indígenas sul-vietnamitas, assim como as “táticas empregadas pelos Contra” na Nicarágua, em aplicação das lições que receberam de seus mentores da CIA, e que não será necessário rever. Os terroristas de Estado “não se limitam a perseguir as pessoas mais radicalmente independentistas, mas também aos moderados, às pessoas que têm influência em sua comunidade”.

“É Phoenix... observa uma importante fonte de Jacarta”, escreve Jenkins. E a fonte acrescenta que o objetivo é “aterrorizar a todo o mundo, às ONGs, à Cruz Vermelha, às Nações Unidas e aos jornalistas”. A consecução desse objetivo teve não pouco êxito. Desde abril, as milícias dirigidas pela Indonésia empreenderam uma onda de atrocidades e assassinatos. Mataram centenas de pessoas, muitas delas nas igrejas em que se haviam refugiado; queimaram cidades e levaram dezenas de milhares de pessoas para campos de concentração nas montanhas, onde, segundo in-

As milícias encontram-se sob a direção da Kopassus, temida força especial da Indonésia, modelada à imagem e semelhança dos boinas verdes dos EUA, e lendária por sua crueldade

formou-se, milhares delas foram literalmente escravizadas para que trabalhem na colheita de café. “Chamam-lhes deslocados internos”, comentou uma religiosa australiana, “porém são reféns das milícias. Disseram-lhes que serão mortos se votarem a favor da independência”. Calcula-se em mais de 50 000 o número de deslocados.

As condições sanitárias são terríveis. Um dos poucos médicos que se encontram na zona, o voluntário norte-americano Dan Murphy, informou que diariamente morrem entre 50 e 100 cidadãos por enfermidades curáveis, enquanto a Indonésia “mantém uma política deliberada de não permitir que cheguem medicamentos ao Timor Leste”. Murphy detalhou nos meios de comunicação australianos os atrozes crimes que presenciou, e jornalistas da Austrália e voluntários elaboraram um informe impressionante.

A ONU adiou duas vezes o *referendum* por culpa do terror, que alcançou inclusive os escritórios e ca-

ravanas da ONU que levavam doentes para tratamento. Murphy e outros comentam que o EOI tornou-se valentão pela falta de interesse do Ocidente. “A declaração de um importante diplomata dos EUA resume a situação: o Timor Leste é o Haiti da Austrália”. Em outras palavras, não é um problema dos EUA, país que ajudou a criar e a manter o desastre em Timor Leste e que poderia detê-lo com suma facilidade. Os que conhecem a verdade sobre a intervenção dos EUA no Haiti apreciarão a ironia.

Na cena do terror, Carlos Ximenes Belo, bispo e prêmio Nobel, pediu “uma força militar internacional” para proteger a população do terror indonésio e para permitir a realização do *referendum*. Porém não se fez nada. A “comunidade internacional”, ou seja, as potências ocidentais, prefere que o Exército indonésio proporcione “segurança”. A administração de Clinton autorizou o envio de alguns observadores da ONU, desarmados, porém depois adiou sua viagem.

O panorama dos últimos meses contrasta de forma particularmente descarada com a pose beata dos “Estados ilustrados”. Porém só serve para demonstrar, novamente, o que deveria ser evidente: nada de substancial mudou. Os cidadãos de Timor Leste são “vítimas que não valem a pena”. Nenhum poder está interessado em amenizar seu sofrimento, nem sequer em dar alguns passos simples para detê-lo. A demorada e conhecida história continuará, em Timor Leste e em todo o mundo, se não se produzir uma reação popular significativa. RA